

50 ANOS DO GOLPE DE ESTADO DE ABRIL DE 64.

Nesta tarde / noite de significação excepcional, minhas primeiras palavras, como não poderiam deixar de ser, são de agradecimento pela honra que me foi concedida por **ALEXANDRE SANTOS**, ilustre CURADOR GERAL da **FESTA LITERARIA INTERNACIONAL DO IPOJUCA - FLIPO**, de falar a respeito dos **50 ANOS DO GOLPE DE ESTADO DE ABRIL DE 64**, não para comemorar, mas como registro da história contemporânea, que hoje escrevemos, por termos na mocidade, sentido o braço armado da repressão e vivido uma juventude mergulhada no obscurantismo, sem liberdade, sem esperança, na certeza de que esses tristes *acontecimentos* não mais se repitam, servindo como lição para os que almejam um país justo e democrata, que a luta se faça sempre, sem esquecimento do passado.

Para melhor entendermos, os acontecimentos, creio ser indispensável voltar um pouco no tempo, para verificarmos que a deposição de **GETÚLIO DORNELLES VARGAS**, da presidência da República, se dá no ano de 1945, através de um golpe militar.

Passados alguns anos, entre 1945 e 1950, **GETÚLIO**, viveu entre São Borja e o Rio de Janeiro, por ter sido nesse período, eleito **SENADOR DA REPÚBLICA** pelos estados de SÃO PAULO e pelo RIO GRANDE DO SUL, optando por este último, em razão das exigências da Lei Eleitoral, aliado ao fato de ser gaúcho de São Borja.

Nesse período, licenciou-se diversas vezes do **SENADO FEDERAL**, por esperteza e sabedoria política, para finalmente, em 1950 disputar a eleição presidencial e eleito, assumiu o governo, numa tarde de quarta-feira, dia 31 de janeiro de 1951, onde leu o compromisso constitucional como novo presidente da República. Empossado, na sacada do Catete, deixou o seguinte registro:

"A minha candidatura não nasceu (...) das injunções da política ou das combinações dos partidos. Ela veio diretamente do povo, dos seus apelos e dos seus clamores.

Não venho semear ilusões, nem deveis esperar de mim os prodígios e os milagres dum messianismo retardatário.

Estou certo da vossa ajuda e conto com a vossa cooperação, por que assim estaremos servindo não ao efêmero dum governo, mas à perenidade, à perpetuidade e à grandeza da nação brasileira.

O governo constitucional de **GETÚLIO VARGAS** se inicia com forte oposição, quer da derrotada UDN – UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL, através do seu líder militar, o brigadeiro **EDUARDO GOMES**, bem assim do jornal O **CORREIO DA MANHÃ**, quando do anúncio dos ministros, particularmente ao nomear para o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, um usineiro pernambucano filiado à UDN: **JOÃO CLEOFAS DE OLIVEIRA**, candidato derrotado ao governo de Pernambuco. **CLEOFAS** apoiara **VARGAS** nas eleições presidenciais, enquanto o vitorioso no estado, o pessedista **AGAMENON SÉRGIO GODOY DE MAGALHÃES**, recomendara o voto em **CRISTIANO MACHADO**.

O jornalista **CARLOS LACERDA**, fiel ao seu estilo, afirmou:

“O João Cleofas é o Judas da UDN.”

A oposição dos jornais ao governo **VARGAS**, partia de grupos de família ilustre, como os **MESQUITA**, do **ESTADO DE SÃO PAULO**; os **MARINHO**, de **O GLOBO**; os **BITTENCOURT**, do **CORREIO DA MANHÃ** e o barão da mídia, **ASSIS CHATEAUBRIAND**, dos **DIÁRIOS ASSOCIADOS**.

Ao estimular **SAMUEL WAINER** na criação do **ÚLTIMA HORA**, através de financiamento do BANCO DO BRASIL, uma vez que sua linha editorial não escondia de ninguém que surgira com a função de atuar como instrumento político a favor do governo – ou, nas palavras do próprio **WAINER**, para ser **“uma expressão do getulismo.”**

A cada dia, a crise se acentuava, caminhando o governo para o isolamento político, testemunhando o acirramento progressivo da oposição – com o agravante dos adversários se aproximarem a passos largos dos quartéis, gerando uma fusão de interesses potencialmente explosiva.

Em 1953, a política de conciliação com a qual **VARGAS** iniciara seu governo começava apresentar sinais de esgotamento. A UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) não só recusava qualquer aproximação com o governo, como endurecia sua oposição, sob o argumento de que **VARGAS** estimulava a luta de classes e preparava a implantação de uma ditadura no país. No seio das forças armadas a crise também se aprofundava, em torno das questões do petróleo e da participação brasileira na guerra da Coréia.

Na esfera econômica, a inflação e o desequilíbrio do balanço de pagamentos cresciam, provocando uma elevação do custo de vida e uma desvalorização do salário dos trabalhadores. Para protestar contra essas perdas, greves começaram a eclodir, evidenciando o descontentamento da classe trabalhadora com a política salarial de **VARGAS**.

É nesse quadro político que **VARGAS** promove a reforma ministerial de 1953, considerada por alguns como uma guinada do governo para a esquerda. Na verdade, uma avaliação mais detida da composição do novo ministério não permite sustentar essa tese. A maioria dos novos ministros – **OSWALDO ARANHA** (FAZENDA); **JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA** (VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS); **ANTONIO BALBINO** (EDUCAÇÃO E SAÚDE), **TANCREDO NEVES** (JUSTIÇA); **VICENTE RAO** (RELAÇÕES EXTERIORES) – estava longe de expressar uma opção de radicalização política. Na verdade, mantendo uma postura conciliatória, o presidente **VARGAS** ousou atrair setores conservadores a fim de neutralizar as investidas oposicionistas da UDN e marcha aos quartéis, no sentido de evitar sua deposição.

O ponto polêmico da reforma ministerial foi a indicação de **JOÃO GOULART** para a pasta do **TRABALHO**. Afilhado político de **VARGAS** e líder do **PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)**, **JANGO**, nos meses anteriores, já vinha desempenhando destacado papel como negociador nos conflitos internos do seu partido. Sua atuação também se fez notar na intermediação e aproximação do **PTB** com os principais sindicatos do país, visando a neutralizar o crescente afastamento das lideranças sindicais do governo **VARGAS**. Contando com essa experiência, **GOULART** reunia as condições necessárias para ocupar o posto e enfrentar o grande desafio de criar novos canais para uma aproximação maior de **VARGAS** com a classe operária, em especial uma nova militância política que emergia ligada aos comunistas.

A indicação de **GOULART** despertou fortes resistências desde os primeiros momentos. Grupos conservadores, inclusive os principais jornais, o atacaram por seus laços com o operariado, acusando-o de nutrir simpatia e pelo peronismo argentino e de pretender implantar uma república sindicalista no Brasil.

À frente do ministério, **JANGO** teve como primeira tarefa negociar o fim da "**greve dos marítimos**", o que fez, atendendo a maior parte das reivindicações dos grevistas. Considerado vitorioso nessa primeira iniciativa, passou a implementar uma política de liberalização das relações entre os sindicatos e o ministério e procurou criar uma nova rede de lideranças sindicais mais afinadas com sua orientação. Se, de um lado, procurava se aproximar das lideranças sindicais de esquerda e atender muitas de suas reivindicações, também exercia sua autoridade para adotar medidas necessárias à repressão e desmobilização do movimento grevista, como aconteceu quando foi tentada uma segunda greve dos marítimos.

A despeito de todo empenho de **GOULART** e de suas incessantes negociações com as diversas categorias profissionais de forma a mantê-las sob controle, a questão salarial ainda suscitava grandes preocupações no início de 1954, devido ao aumento constante do custo de vida e à crescente mobilização sindical. Numa conjuntura em que as dificuldades econômicas aumentavam e as forças oposicionistas ganhavam cada vez mais espaço, tornava-se fundamental garantir o apoio de classe trabalhadora ao governo. Em janeiro de 1954 **GOULART** apresentou assim uma proposta de duplicação do salário mínimo, mesmo sabendo de antemão que encontraria fortes resistências. As primeiras críticas vieram do próprio governo, através do ministro da Fazenda **OSWALDO ARANHA**, que considerou a iniciativa um verdadeiro descalabro para as finanças públicas. A **UDN** e demais setores oposicionistas consideraram o projeto um instrumento voltado para estimular a luta de classes no país e, conseqüentemente, desencadearam uma forte campanha pela saída de **JOÃO GOULART** do **MINISTÉRIO DO TRABALHO**.

O acirramento desses conflitos levou **VARGAS** a recuar temporariamente em sua política de aproximação com as classes trabalhadoras e substituir **JANGO** por **HUGO DE FARIA**, que iria permanecer no cargo como interino até o final do governo. Apesar de formalmente afastado, **JANGO** continuou exercendo forte influência no ministério.

Em 1º de maio de 1954, em seu discurso aos trabalhadores, **VARGAS** anunciou a concessão do aumento de 100% do salário mínimo, aceitando a recomendação de **GOULART** e apontando-o como um infatigável amigo defensor dos trabalhadores brasileiros. Essa iniciativa teria profundos desdobramentos para o governo, provocando um considerável estreitamento das suas bases de apoio e intensificando o isolamento político do presidente.

De crise em crise, chegamos a 5 de agosto de 1954, quando nos primeiros minutos da madrugada, o jornalista **CARLOS LACERDA** sofreu um atentado à bala, em frente à sua residência, à rua Tonelero, 180, em Copacabana. Ao saber da trágica notícia, **GETÚLIO** desabou:

“Estes tiros me ferem pelas costas.”

Em sua última aparição pública, em Belo Horizonte, no dia 12 de agosto de 1954, o presidente **GETÚLIO** em discurso afirmou:

“No governo, represento o princípio da legalidade constitucional que me cabe preservar e defender.

Advirto aos eternos fomentadores da provocação e da desordem que saberei resistir a todas e quaisquer tentativas de perturbação da paz e da tranqüilidade públicas.”

Os rumos tortuosos do chamado **“INQUÉRITO DO GALEÃO”** transformado em **IPM – INQUÉRITO POLICIAL MILITAR**, na apuração do atentado contra **LACERDA** e a morte do major **VAZ**, a pressão dos militares na renúncia do presidente, poderiam, no limite, levá-lo à prisão. Com o gesto extremo, suicidando-se, **VARGAS** neutralizou a fúria dos adversários e assumiu a dimensão de mártir.

Na madrugada de 23 para 24 de agosto, **GETÚLIO VARGAS**, como afirmou em sua CARTA-TESTAMENTO, **“saiu da vida para entrar na História”**.

Em 1955 uma nova esperança de desenvolvimento econômico chegou na forma de **JUSCELINO KUBITSCHKE**, que optara pelo crescimento intensificado assim que se tornasse presidente, nos registros do brasileiro **THOMAS E. SKIDMORE**¹.

Registrando que **JUSCELINO** “assumiu então a presidência com apenas 36% dos votos, contrastando com os 49% de Getúlio, em 1950, e os 55% de Dutra, em 1945”.

Mais adiante, prossegue:

“Alem de ser um presidente de minoria, era também vulnerável vis-à-vis os militares por causa de suas ligações com Getúlio e porque seu vice-presidente era João Goulart, arquiinimigo da UDN e dos militares conservadores.”

JUSCELINO completou seu mandato presidencial a despeito de constantes previsões de que iria cair. **JÂNIO QUADROS** foi a escolha da UDN, na esperança de ter finalmente um vencedor – este, em plena campanha renunciou à indicação udenista para caracterizar sua independência.

A escolha do marechal **HENRIQUE LOTT**, como principal adversário de **JÂNIO**, se deu por ser um ex-ministro do Exército, aliado ao fato de que desempenhara o papel-chave impedindo o golpe-militar de janeiro de 1956, armado para impedir a posse de **JUSCELINO**.

Nas eleições de 1960, **JÂNIO** venceu com 48% da votação, uma minoria, é verdade, porém maior que a de **JUSCELINO**.

Nos registros de **THOMAS E. SKIDMORE**², ao assumir a presidência da República em janeiro de 1961, **JÂNIO QUADROS** encontrou a seguinte situação:

“O mais importante problema de curto prazo do Brasil em janeiro de 1961 era a crise econômica. Juscelino havia deixado o Tesouro limpo e evitado a tarefa politicamente penosa de atacar a inflação. Jânio reuniu um ministério que incluía numerosas figuras da UDN e pôs-se a elaborar um novo plano de estabilização.”

¹ SKIDMORE, THOMAS E. – Uma História do Brasil. Paz e Terra, 3ª. Edição. 2000, p. 201/202

² Obra citada, p.209.

Como ocorre sempre com tais planos antiinflação, sua implementação teve calamitosas implicações políticas para o governo.

Em junho, detalhes do plano estavam começando a vaziar. O FMI e o governo dos EUA estavam satisfeitos com a disposição do regime de Jânio de tomar medidas duras na política econômica.

A esquerda, bem como alguns homens de negócios, tinham suas dúvidas.”

A vida demonstrou que o presidente **JÂNIO QUADROS** nunca fora dado às artes da negociação, uma vez que, estando presidente, encontrava diversos obstáculos no seu programa de estabilização perante o **CONGRESSO NACIONAL**, foi, sem aviso, que renunciou no dia 25 (vinte e cinco) de agosto de 1961, talvez, alimentando a esperança que a renúncia não seria aceita – o que de fato se consumou, sendo aceita.

O ex-presidente deixou imediatamente a capital rumando de avião para a Base Aérea Militar de Cumbica, em São Paulo, e embarcando para a Europa logo depois, antes declarando:

“Fui obrigado a renunciar, mas, tal como Getúlio, voltarei um dia, se Deus quiser ,para revelar ao povo quais foram os canalhas neste país.”

Registra o ilustre brazilianista **THOMAS E. SKIDMORE**³, que concretizada ***“a renúncia de Jânio, os três ministros militares lançaram um manifesto denunciando Jango como subversivo e prometendo impedir sua sucessão à presidência. Essa restrição precipitou um intenso debate público. Aqueles que se opunham a Jango eram os conhecidos inimigos de Getúlio, especialmente da UDN, que haviam acabado de perder seu acesso ao poder.”***

E prossegue: ***“Os adeptos de Jango se nomearam “legalistas””, argumentando que ele havia sido democraticamente eleito vice-presidente e***

³ Obra citada, p. 210

deveria agora, portanto, ser o presidente constitucional. A voz legalista mais alta era a de Leonel Brizola, o governador do Rio Grande do Sul.”

Com a sucessão de **JOÃO GOULART**, o Brasil estava agora diante de uma repetição do confronto de 1954 – um presidente populista dessa vez com uma base política instável e poderes parlamentares limitados contra os militares.

Assim, ilustres ouvintes, dez (10) anos depois, em 1º de abril de 1964, um novo golpe militar.

Para o registro desses acontecimentos, como contribuição a historiografia contemporânea brasileira, mormente aqueles relacionados ao **GOLPE DE ESTADO DE 64**, escrevi **CONFIDENCIAL - DOCUMENTOS SECRETOS DA DITADURA MILITAR**, obra resultante de muitos anos de pesquisas e estudos, *inclusive na defesa de ex-presos políticos*, o que aumentou o nosso universo de conhecimento.

As pessoas citadas na obra, são reais, independentemente de vivas ou mortas, na medida em que como atores participaram dos acontecimentos narrados, portanto, personagens principais da história.

A narração do livro tem início na década de 50, num período fundamental da vida brasileira, sacudida por duas importantes campanhas: O Petróleo é Nossa e a campanha pela paz, condenando a invasão da Coréia.

*Avançando no tempo, chegamos ao ano de 1961 onde registramos os acontecimentos políticos que levaram o presidente **JÂNIO QUADROS** a renunciar e os questionamentos dos militares para a posse do vice-presidente **JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART**, o que de fato ocorreu no dia 7 de setembro com a implantação do sistema parlamentarista de governo, um ano depois retornando ao sistema presidencialista, através de plebiscito.*

*Os sinais do golpe de Estado de 64 eram sentidos no ar, antes mesmo do comício da **CENTRAL DO BRASIL**, o movimento de cabos e sargentos da marinha até o deslocamento de tropas militares de **MINAS GERAIS**, comandadas pelo General **OLYMPIO MOURA FILHO**.*

*Recife, os acontecimentos na noite madrugada de 31 de março e 1º de abril de 64 no **PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS**, sede do governo de Pernambuco, as tentativas do*

governador **ARRAES** em manter a legalidade com apoio dos governadores nordestinos, através de manifesto enviado por seus emissários.

Naquela manhã de 1º de abril, com o PALÁCIO DOS CAMPO DAS PRINCESAS, totalmente cercado pelo IV EXÉRCITO, com tropas vindas de Socorro e Olinda, com os canhões apontando em direção à sede do governo de Pernambuco, já tendo se verificado a mudança na guarda palaciana, o Tenente-Coronel **JOÃO DUTRA DE CASTILHOS**, comandante do III REGIMENTO DE INFANTANIA, sediado em Socorro, ao apresentar ao governador as condições da deposição, recebeu do Dr. **MIGUEL ARRAES**, a seguinte resposta:

"Talvez, neste momento, eu já seja um prisioneiro do IV Exército. Talvez, eu já atravesse a porta deste gabinete preso. Mas, nunca os senhores conseguirão que o atual governador de Pernambuco saia desta sala desmoralizado.

Os senhores não me podem tomar essa representação que o povo me conferiu. Poderão, no entanto, impedir-me de exercê-lo, pela força.

Além disso, tenho 8 filhos, que precisarão saber no futuro como foi que o pai se comportou nesta hora. Enquanto em for governador de Pernambuco, não aceitarei a menor limitação às minhas prerrogativas constitucionais."

Com a deposição do governador **ARRAES**, seguida de prisão, se seguiram as caça às bruxas com a vitória da "REVOLUÇÃO REDENTORA", as prisões ficaram abarrotadas, apesar do presidente **GOULART** se encontrar em território nacional.

A vacância do cargo de Presidente da República foi decretada, mesmo com o presidente no Rio Grande do Sul, o qual, ressalve-se, não autorizou ao General **LADÁRIO TELLES** que esboçasse resistência ao golpe, argumentando não desejar derramamento de sangue em defesa do seu mandato, o que ensejou o retorno de **OSWALDO LIMA FILHO**, último ministro da agricultura do governo **GOULART** a se apresentar na CÂMARA FEDERAL para reassumir o mandato de deputado e no dia seguinte, três de abril de 64, pronunciou o corajoso discurso intitulado "A REVOLUÇÃO DE 1º DE ABRIL".

O livro registra as prisões e os depoimentos de **MIGUEL ARRAES DE ALENCAR**,

PELÓPIDAS SILVEIRA, FRANCISCO JULIÃO ARRUDA DE PAULA, PAULO FREYRE, HÉLDER PESSOA CÂMARA, MAJOR HANGHO TRENCH, GILBERTO AZEVEDO, GREGÓRIO BEZERRA, FERNANDO AUGUSTO DE MENDONÇA FILHO, JERSON MACIEL NETTO, SEVERINO SALUSTIANO DA SILVA, TENENTE CORONEL ADALBERTO VIEIRA DE SOUZA, MAJOR R/1 FERNANDO RYFF, SÉRGIO CIDADE DE REZENDE, IVANILDO LEAL AVELAR, MANUEL MESSIAS DA SILVA, EVALDO LOPES GONÇALVES DA SILVA, ULRICH HOFFMANN, MARISE BOREM PIMENTA, JOSÉ HAMILTON SUAREZ CLARO, AMARO LUIZ DE CARVALHO "CAPIVARA" e tantos outros lutadores pela legalidade, que tiveram a coragem e destemor em combater o golpe de Estado de 64.

As torturas, os torturados e os assassinatos de presos políticos e a farsa orquestrada pelo polícia política do "sistema" para justificar o terrorismo de Estado, durou de 1964 até 1985 – é uma longa noite de trevas, foi um eclipse que passou em nossa vida, de longa duração.

Alguns historiadores localizam o fim da ditadura em 1985, quando o presidente militar **JOÃO FIGUEIREDO**, o último dos militares a ocupar a *PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA*, deixou a presidência da República, tendo assinado em 69 a Lei da Anistia – anseio e esperança dos

"Que sonha com a volta do irmão do Henfil ⁴

Com tanta gente que partiu

Num rabo de foguete

A nossa Pátria mãe gentil

Choram Marias e Clarisses

No solo do Brasil."

Esse cidadão, deixou o *PALÁCIO DO PLANALTO*, pela porta dos fundos, sem passar a faixa presidencial a **JOSÉ SARNEY**, em razão do impedimento de **TANCREDO NEVES**, que,

⁴ O Bêbado e o Equilibrista, composição de João Bosco & Aldir Blanc.

infelizmente não tomou posse como presidente.

Voltando ao regime milita, este não pode ser visto apenas como um período de supressão de liberdades fundamentais do ser humano. Os principais motivos do golpe foram econômicos. Tinha um presidente, **JOÃO GOULART**, cujas propostas ameaçavam privilégios de classe e precisava ser detido pela elite. O que de fato aconteceu.

A partir de então, instalou-se um regime que muitos historiadores chamam de complexo burguês-militar. Segundo estudiosos no assunto, as elites permaneceram acumulando poder às custas do povo e, após 64, passaram a ser amparadas pelos militares, cujo regime funcionava como um "cão de guarda".

Politicamente, foram abolidos todos os instrumentos democráticos. Presidentes, governadores e prefeitos de capitais passaram a ser eleitos indiretamente. Reduziu-se drasticamente o campo de atuação do CONGRESSO NACIONAL. Parlamentares que criticavam o governo tinham seu mandato cassado. Os meios de comunicação sofreram rigorosa censura.

A oposição ao regime foi forte. Para contra-atacar, foi lançado em 1968, durante a presidência militar de **COSTA E SILVA**, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), instrumento que concedia amplos poderes ao executivo para reprimir os opositores pelos meios mais brutais. Estudantes, políticos e sindicalistas foram presos, torturados e mortos.

Alguns dos casos mais famosos foram os do jornalista **VLADIMIR HERZOG** e do metalúrgico **MANUEL FIEL FILHO**, acusados de fazer parte do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e que foram encontrados mortos no DOI-Codi. A versão oficial é de que o jornalista e o metalúrgico haviam cometido suicídio. Os incidentes revoltaram a opinião pública. A crise instalou-se no governo e, com mais essas duas mortes, o general **EDNARDO D'ÁVILA MELO**, foi destituído do comando do **II EXÉRCITO**.

Ao lembrar **HERZOG**, não podemos esquecer o PERNAMBUCO de CARUARU, **SEVERINO VIANA CALÔR**, participante do grupo **COMANDO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (COLINA)**, barbaramente torturado e assassinado nas dependências da **PRIMEIRA COMPANHIA DE POLICIAMENTO DO EXÉRCITO**, na **VILA MILITAR**, no RIO DE JANEIRO, sendo enterrado como indigente, num cemitério DE NITERÓI, tendo como *causa mortis* "suicídio por enforcamento" – na época, senhores ouvintes, o comandante dessa unidade militar, era o General **JOÃO DUTRA DE CASTILHOS**, de triste passagem por Pernambuco.

A história se repete, mesmo de forma inversa, se demonstrando o quanto o 'sistema' era poderoso em suas manobras, ao mandar registrar na **CERTIDÃO DE ÓBITO** que o "suicídio

*por enforcamento” ocorreu às 11:35 horas do dia 24 (vinte e quatro) de junho de 1969”, documento dez (10), fls. 89 do I vol., enquanto que no documento quatorze (14), fls. 97 existente nos arquivos do **STM**, o ofício n. 5 / IPM, Vila Militar, GB, 29 Mai 69 diz que **“SEVERINO VIANA CALLOR, foi encontrado morto numa cela da 1ª. Cia P Ex, no dia 24 do corrente e depois de feito o exame pericial, foi removido para esse Nosocômio para fins de necropsia”** (sic).*

A institucionalização da tortura, é objeto de registro em **BRASIL: NUNCA MAIS** ⁵, sendo confirmada pelos depoimentos dos estudante **MAURÍCIO VIEIRA DE PAIVA** e **MURILO PINHO DA SILVA**, citados na página 25 da exordial, fls. 27 do I vol., quando afirma:

“ (...) que o método de torturas foi institucionalizado em nosso País e, que a prova deste fato não está na aplicação das torturas pura e simplesmente, mas, no fato de se ministrarem aulas a este respeito, sendo que, em uma delas o Interrogado e alguns dos seus companheiros, serviram de cobaias, aula em que se realizou na PE da GB, foi ministrada para cem (cem) militares das Forças Armadas, sendo seu instrutor um tem. HAYTON, daquela U.M.; que, a concomitância da projeção dos “slides” sobre torturas elas eram demonstradas na prática, nos acusados com o interrogado e seus companheiros, para toda a platéia; (...).”

Na mesma linha, depõe **MURILO PINTO DA SILVA**, de 22 anos:

“ (...) que, quando estive na PE – GB, o Interrogado e seus companheiros serviram de cobaia a demonstrações práticas de torturas em aulas ministradas a elementos das forças armadas; (...).”

Esses, caros ouvintes, é o retrato do BRASIL, construído pelo golpe de 1º de abril/64.

Finalizando minhas palavras, gostaria de *in memoriam*, registrar o agradecimento ao cidadão **EDUARDO HENRIQUE ACIOLY CAMPOS**, ilustre prefaciador de **“CONFIDENCIAL – Documentos Secretos da Ditadura Militar”**, por ter elaborado uma peça de elevado conteúdo intelectual, o que dignifica e honra nosso livro. Não nos surpreendeu o equilíbrio e

⁵ 3ª edição de 1985, págs. 31/32

os conceitos expressos sobre os meus escritos, mormente em sendo filho de **MAXIMIANO CAMPOS** e sobrinho de **RENATO CARNEIRO CAMPOS**, dois intelectuais de escol que orgulham Pernambuco.

Nesta data, 13 (treze) de setembro de 2014, ao completar de 30 (trinta) dias de seu desaparecimento, nossa sentida homenagem aos seus familiares, amigos e admiradores, extensiva ao **ESTADO DE PERNAMBUCO**, pela perda de um filho dedicado.

SALVE ! Ó TERRA DOS ALTOS COQUEIROS !

VIVA PERNAMBUCO !

VIVA O POVO BRASILEIRO !

Muito obrigado.

Hiram Fernandes Lima, é advogado,
escritor e anistiado político.